

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 576 - Brasília, quinta-feira, 30 de outubro de 1997



Os senadores votam em plenário o substitutivo de José Fogaça à proposta de gratuidade dos registros

## Certidão de nascimento será gratuita para todos

*Considerado um ato necessário ao exercício da cidadania, registro será custeado pelos cartórios, que vão criar um fundo de equalização. Senadores destacam o alcance social da medida*



A CAS aprovou também o contrato temporário de trabalho

Os registros de nascimento e de óbito, bem como a primeira certidão, poderão ser gratuitos para qualquer pessoa. O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador José Fogaça a projeto de lei do Executivo. O projeto original previa a gratuidade apenas para as pessoas pobres e, como foi modificado, retornará à Câmara. O substitutivo de Fogaça prevê que as despesas do serviço gratuito serão absorvidas pelos próprios cartórios. Será criado um fundo de equalização, pelo qual os cartórios com maior faturamento compensarão os de menor receita. **Página 3**

## Gasto com trabalhador doméstico pode ser deduzido do IR

O contribuinte pessoa física poderá deduzir, na declaração anual de rendimentos, os gastos com trabalhadores domésti-

cos. Projeto nesse sentido, em forma de substitutivo a outras matérias relativas ao assunto em tramitação na Casa,

foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta segue agora à Comissão de Assuntos Econômicos.

A CAS aprovou também a instituição do contrato temporário de trabalho, proposto pelo Executivo. **Página 4**

Bancada goiana representará o Senado no funeral do deputado, morto aos 54 anos, em Goiânia, de diabetes aguda

## Plenário aprova voto de pesar por João Natal

O plenário do Senado aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em Goiânia, do deputado João Natal (PMDB-GO). Em sua homenagem, foi também determinada a suspensão da sessão. Conforme o requerimento aprovado, encabeçado pelos senadores peemedebistas Albino Boaventura (GO) e Jader Barbalho (PA), a Mesa enviará as condolências do

Senado à família e ao governo goiano.

Por designação do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que exercia a presidência dos trabalhos, os senadores goianos Albino Boaventura, Onofre Quinan (PMDB) e Otoniel Machado (PMDB) representaram o Senado nos funerais do deputado.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) destacou a atuação de João Natal, que

exercia seu terceiro mandato como deputado e era reconhecido por sua competência jurídica. O senador José Fogaça (PMDB-RS), por sua vez, salientou que, além de promotor, João Natal teve destacado papel nas negociações políticas partidárias desde a Constituinte de 1988.

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), também se associou às homenagens a João Natal.

## Boaventura lamenta morte do deputado

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) lamentou a morte do deputado federal João Natal, aos 54 anos, vítima de diabetes aguda. Na opinião do senador, o país perdeu "um político hábil, combatente, companheiro, que amava a arte e o exercício da política e que era um defensor dos direitos humanos, da justiça e da igualdade".

Albino Boaventura disse que a obstinação foi a principal característica do deputado, cuja "intensa vida pública" teve início em Goiânia, onde em 1965 elegeu-se vereador pelo extin-



Boaventura: "intensa vida pública" no MDB. Conforme o senador, João Natal elegeu-se deputado estadual em 1983 e, posteriormente, deputado federal, cargo que exercia há 10 anos.

Ressaltando a atuação de João Natal na Constituinte, Albino Boaventura disse que ele defendeu com afinco os direitos sociais dos trabalhadores e servidores públicos, os direitos e garantias individuais, a participação popular e as medidas de segurança pública. E lembrou que o deputado presidiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, tendo participado de várias outras comissões parlamentares, entre as quais a Comissão Mista de Orçamento.

## Servidor tem pouco a comemorar no dia 28, diz Leomar Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) lamentou que os funcionários públicos, "com os salários defasados e já há quase três anos sem aumento", tenham pouco a comemorar e estejam preocupados com a reforma administrativa em tramitação no Congresso. Ele falou a propósito do Dia do Funcionário Público, comemorado no dia 28.

De acordo com o senador, "algumas vezes mal compre-



Quintanilha: nada de festa

endidos, não poucas vezes responsabilizados pelas mazelas econômicas que assolam o país, os servidores públicos seguem firmes, inabaláveis no seu compromisso de prestar serviços de qualidade aos contribuintes, que são, em última análise, os seus

verdadeiros patrões". Ele alertou para a necessidade de se evitar que a reforma administrativa acabe por propiciar demissões injustas.

Para Quintanilha, até pela escassez de oportunidades no mercado, os servidores se mantêm esperançosos de dias melhores. "Prova disso é que os programas de demissões incentivadas dos governos federal e estaduais, tiveram um mínimo de adesão", disse.

No caso do governo federal, segundo os dados citados pelo senador, de um universo de 546 mil funcionários, 10.581 (1,93%) aderiram ao programa.

Bezerra: ora a estrada é federal, ora estadual, ora nem está no mapa



## Carlos Bezerra critica "orfandade" da BR-080

A federalização da BR-080, que atravessa o extremo norte de Mato Grosso, foi o que cobrou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Para o senador, essa estrada tem função chave nas comunicações rodoviárias do estado, que "carece de um eixo de comunicação leste-oeste."

Bezerra afirmou que "os melhores trechos da estrada são, no máximo, de terra carroçável e, em muitos trechos ela praticamente não existe". Ele disse que, com a federalização, a estrada poderia entrar no plano de obras do DNER, "o que permitiria que se tomassem as providências para que ela se tornasse transitável, como investimentos mínimos em pontes, bueiros e encascalhamento".

Outro problema, segundo Bezerra, é que, em alguns documentos do DNER, a BR-080 aparece ora como estrada federal, ora como estadual. Em outros, é considerada como estrada de transição, de estadual para federal. Há documentos, ainda, em que é completamente ignorada.

Tudo indica que a BR-080 é, for-

malmente, uma estrada em transição para federal. Ora, é fundamental que a BR-080, pela sua relevância em uma malha federal bem concebida, seja imediatamente federalizada. Isso deve ser feito por meio de um ato formal decisivo que acabe com sua orfandade e com as dúvidas que a cercam. Creio que esse ato poderia ser uma portaria do diretor-geral do DNER ou uma portaria do ministro dos Transportes. Cabe à Procuradoria Geral do DNER estudar com urgência a questão e emitir parecer que permita a imediata federalização da BR-080 - disse.

Bezerra afirmou que o Orçamento da União contém previsão de investimentos na BR-080. Ele lembrou ainda que projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Viação, atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, inclui a BR-080. Mas, para o senador, "a federalização da BR-080 é um passo que deve ser dado agora, é exigência do desenvolvimento da região."

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucídio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

*Primeira certidão será fornecida de graça. Cartórios cobrarão a segunda via de quem pode pagar. Alterações estão contidas no substitutivo de José Fogaça, que agora será enviado à Câmara dos Deputados*

## Registro de nascimento poderá ser gratuito para todos

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto estabelecendo que nenhum cartório poderá cobrar registro de nascimento e nem de morte de qualquer pessoa. O projeto original, enviado ao Congresso pelo governo, previa a gratuidade apenas para as pessoas pobres. O assunto retornará à Câmara, pois a proposta foi modificada pelos senadores.

O substitutivo determina que a primeira certidão de nascimento ou de óbito será fornecida também de graça. Pessoas pobres poderão sempre pedir aos cartórios segunda via de tais registros sem nada pagar. Bastará que elas comprovem que não têm condições de pagar a segunda via, assinando no cartório um atestado de pobreza. Em caso de analfabetos, o atestado será assinado por duas testemunhas.



O plenário do Senado aceitou o argumento do relator em favor da extensão do benefício a todos

- Infelizmente, a simples gratuidade não será suficiente para que os milhões de brasileiros que não têm certidão de nascimento sejam registrados. É preciso que haja uma ação comunitária, por parte de prefeituras e outras entidades, para esclarecer a população sobre a importância do regis-

tro de nascimento - afirmou José Fogaça, ao relatar o assunto em plenário.

O substitutivo de Fogaça prevê que as despesas desse trabalho gratuito serão custeadas pelos próprios cartórios, sendo criado um fundo de equalização, pelo qual os cartórios ricos compensarão os pequenos car-

tórios do interior. Haverá um colegiado composto por notários e registradores, o qual administrará os recursos do fundo. A proposta determina que a gratuidade entrará em vigor independentemente do fundo.

O senador José Fogaça esclareceu ao plenário que a legislação atual já prevê a con-

cessão do registro de nascimento e de morte de graça por parte dos cartórios, apesar da exigência de um atestado de pobreza. Ele decidiu tornar universal a gratuidade, beneficiando ricos e pobres, por considerar que o registro é um ato necessário ao exercício da cidadania. A Constituição determina que são gratuitos todos os atos necessários ao pleno exercício da cidadania.

O plenário aprovou emenda ao substitutivo deixando bem claro que as pessoas pobres poderão pedir aos cartórios, sem pagar, segunda via de certidões de nascimento e de óbito. Durante a discussão, Fogaça fez questão de alertar que nenhum cartório poderá cobrar qualquer taxa ou multa para um registro de nascimento ou de morte, mesmo que o registro seja feito tempos depois do nascimento ou da morte.

## Projeto pode beneficiar 1 milhão de crianças por ano

Durante duas horas e meia, os senadores debateram o substitutivo do senador José Fogaça, muitos lembrando que milhões de brasileiros não têm registro de nascimento. "Nascem no país todo ano 3,5 milhões de crianças e um milhão não são registradas", informou José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso.

Ramez Tebet (PMDB-MS) ponderou que, à primeira vista, pode parecer estranho não cobrar registro de nascimento de pessoas ricas, mas lembrou que tal registro é um ato necessário ao exercício da cidadania, como prevê a Constituição. Para ele, José Fogaça conseguiu no substitutivo "ponto de equilíbrio" ao criar o fundo de compensação financeira entre cartórios ricos e pobres.

Por sua vez, Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que há necessidade de "medidas inteligentes" para levar as pessoas a registrarem seus filhos, citando exemplo do Rio de Janeiro, onde um convênio com as maternidades facilita o registro. O senador Roberto Freire (PPS-PE) não vê necessidade do fundo, lembrando que não se cobra hoje por outros atos necessários à cidadania, como o alistamento militar e eleitoral.

Josaphat Marinho (PFL-BA) esclareceu ao plenário que pediu para ser substituído na relatoria do projeto por discordar do pedido de urgência, lembrando que tem-se manifestado contra tais urgências porque geralmente elas "atrapalham o exame profundo da matéria".

Já os senadores Antonio

Carlos Valadares (PSB-SE) e Francelino Pereira (PFL-MG) deram apoio ao projeto pelo "caráter social, humanitário e de justiça" de seu conteúdo.



Fogaça: relatório debatido em plenário

Valadares observou que, no Nordeste, "os filhos de pessoas pobres só são registrados em épocas eleitorais, por iniciativa de candidatos". Sebas-

tião Rocha (PDT-AP) propôs, com sucesso, autorização para que haja serviços itinerantes pelo interior dos estados para registrar pessoas.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sustentou a necessidade de prefeituras e outras entidades convencerem as pessoas da importância do registro de nascimento. Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que os senadores aprovassem o projeto que chegou da Câmara, para que fosse sancionado imediatamente pelo presidente da República. Para ele, o substitutivo de Fogaça, com a criação do fundo de equalização, poderia ter a tramitação de um projeto normal.

O líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), apoiou o substitutivo, mas disse que os se-

nadores passavam horas discutindo a gratuidade do registro de nascimento, "que já consta de uma lei", mas não discutiam "os US\$ 5 bilhões que o Banco Central teria gasto nos últimos dias para sustentar o Real e o câmbio, depois da crise desencadeada pela Bolsa de Hong Kong".

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), manifestou esperança de que a Câmara dos Deputados vote a proposta com rapidez e sugeriu aos governos mais ação para que a lei do registro gratuito seja cumprida.

Odacir Soares (PFL-RO) lembrou que o Senado analisou, discutiu e votou em 13 meses a proposta, um tempo curto se comparado com o de outros projetos.

*Para o relator, senador Waldeck Ornelas, a proposta do Executivo vai reduzir o desemprego no país, mediante uma contenção temporária dos encargos, contribuindo para dar maior agilidade e competitividade às empresas*

## CAS aprova contrato temporário de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, por 15 votos a quatro, parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Executivo que prevê a instituição de contrato de trabalho por prazo determinado, mediante convenções e acordos coletivos. A matéria foi acolhida com uma emenda de redação apresentada pelo relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), e vai agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposição, que já recebeu a aprovação dos deputados, abre essa possibilidade de contrato em qualquer atividade desenvolvida pela empresa para admissões que representem acréscimo no número de empregados. Tratando-se de empresas com até 20 empregados, bem como as situadas em localidades onde não haja sindicato, o projeto permite que o contrato por prazo determinado seja celebrado entre o empregado e o empregador.

Determina ainda que as partes estabelecerão a indenização para as hipóteses de rescisão antecipada de contrato, bem como redução em



O senador Ademir Andrade (C) presidiu a reunião da CAS e votou contra a criação do contrato temporário

50% das alíquotas das contribuições devidas às instituições do chamado Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc e Senat), ao Sebrae, Inca, salário-educação e seguro de acidente de trabalho. Já a contribuição para o FGTS será reduzida para 2%, desde que seja mantido o acréscimo do número de empregados.

### CONTROLE

Durante a discussão, Waldeck argumentou que a iniciativa governamental vai privilegiar a via negocial, e destacou que, como o projeto se aplica à celebração de acordo ou

convenção coletiva, "haverá sempre o controle do sindicato, habilitando a empresa a usufruir os benefícios, sem prejuízo da regular ação fiscal do Ministério do Trabalho".

O relator disse ainda que o projeto não vai acarretar redução de receitas dos programas de treinamento, qualificação de mão-de-obra, lazer, nem dos programas de incentivo às pequenas e médias empresas, como alegara a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que também debateu a matéria. A medida, segundo o senador, vai "reduzir o desemprego no país,

mediante uma contenção temporária dos encargos e a criação de mecanismos que confiram maior agilidade na contratação de mão-de-obra, além de dar mais agilidade e competitividade às empresas".

### REJEIÇÃO

Já o senador Ademir Andrade, primeiro a discutir o projeto, defendeu a sua rejeição, afirmando que "o Senado não pode colaborar com um projeto que visa, tão-somente, acabar com o direito dos trabalhadores, direito este adquirido durante décadas de sacrifícios e contribuições". Ademir as-

sinou que a matéria está inserida na ordem mundial de globalização, a qual coloca o poder absoluto nas mãos das corporações, "os chamados brutos transnacionais".

Também se posicionando contra a proposição, as senadoras Emília Fernandes e Marina Silva (PT-AC) afirmaram que mais uma vez serão os trabalhadores os mais castigados. Emília acrescentou que o governo, além de acabar com os poucos benefícios dos trabalhadores, ainda vai privilegiar a classe patronal.

### PLACAR

Votaram a favor do projeto os senadores Romero Jucá (PFL-RR), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Alves (PFL-SE), Edison Lobão (PFL-MA), Bello Parga (PFL-MA), João França (PPB-RR), Albino Boaventura (PMDB-GO), Nabór Júnior (PMDB-AC), Osmar Dias (PSDB-PR), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Roberto Arruda (PSDB-DF), João Rocha (PFL-TO) e Beni Veras (PSDB-CE). E contra, os senadores Ademir Andrade, Emília Fernandes, Marina Silva e Sebastião Rocha (PDT-AP).

## Desconto no IR de gastos com trabalhador doméstico

A CAS também aprovou ontem substitutivo do senador Valmir Campelo (PTB-DF) a três projetos de lei da Casa - de autoria dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Benedita da Silva (PT-RJ) - que permitem à pessoa física deduzir, na declaração anual de rendimentos, os gastos com trabalhadores domésticos.

A dedução, de acordo com o substitutivo, será de até 10% dos rendimentos tributáveis do contribuinte e limitada a 10 mil Ufirs (unidades fiscais de referência).

Caso a soma dos salários pagos ao empregado doméstico no ano-base não atinja esse limite, o empregador poderá adicionar as contribuições sociais e os encargos trabalhistas por ele recolhidos no respectivo exercício. A matéria será submetida, em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

**PISO PARA TÉCNICOS**  
Também foi aprovado pela CAS, com duas emendas apresentadas pelo relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), parecer favorável a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que estabelece piso salarial para os profissionais de

nível médio diplomados em cursos regulares mantidos por escolas técnicas e industriais, institutos e fundações.

Conforme uma das emendas

**Técnicos de nível médio poderão ter remuneração mínima de R\$ 600,00, conforme proposta acolhida pela CAS**

do relator, a remuneração mínima daqueles técnicos será de R\$ 600,00, referente ao mês de maio deste ano. Pelo texto original, a medida beneficia os técnicos químicos e industriais, mas, por força da outra emen-

da de Jucá, será estendida aos técnicos agrícolas. O projeto será submetido ainda à deliberação do plenário.

O relator destaca em seu parecer que esses técnicos de nível médio passaram a reivindicar uma remuneração básica devido ao receio de, com o decorrer do tempo, sofrerem uma degradação salarial incompatível com sua formação intelectual.

Recebeu ainda substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais, e será enviado à apreciação do plenário, projeto da Câmara estabelecendo o as-

so das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos. O projeto foi relatado pelo senador José Alves (PFL-SE).

A CAS acolheu requerimento de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitando a realização de audiências públicas nos dias 4 e 11 de novembro, às 17 horas, para que sejam ouvidos sobre planos e seguros privados de saúde representados do Ministério da Saúde, da Rede Sarah e do Ministério da Fazenda, além de outras entidades públicas e privadas.

Comissão decidiu convocar Iris Rezende, Francisco Dornelles, Padro Malan e Paulo Paiva para audiência pública sobre legalização de cassinos e "bicho". Empresário do setor também será ouvido

## Quatro ministros falarão de jogo na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu ontem convocar os ministros da Justiça, Iris Rezende, da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, da Fazenda, Pedro Malan, e do Trabalho, Paulo Paiva, para falarem, no dia 18 de novembro, em audiência pública, sobre o projeto de lei da Câmara que trata da legalização da prática de jogos de azar - cassinos e jogo do bicho.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), explicou que, como o assunto é polêmico, o mero convite aos ministros poderia gerar desinteresse. Já a convocação obriga as autoridades a comparecerem, sob pena de responde-

rem por crime de responsabilidade.

- Como a questão não é convergente na comissão, é bom que as autoridades prestem esclarecimentos - acrescentou.

Cabral disse que deverão vir com os ministros autorizadas da Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Embratur, Polícia Federal e do órgão do Ministério do Trabalho responsável pela política de emprego.

A comissão decidiu também convidar o empresário brasileiro Ciro Batelli, que atua na área de cassinos no exterior, para expor sua experiência.



Diante da polêmica sobre a legalização dos jogos, a Comissão de Justiça decidiu ouvir esclarecimentos de ministros

## Campos propõe revisão médica de servidor público a cada dois anos

Com parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado na mesma reunião da CCJ e em caráter terminativo projeto propondo a obrigatoriedade da realização de exames médicos bienais para os funcionários públicos federais, através de junta médica oficial, bem como a anotação dos resultados em ficha funcional.

O autor da proposta, senador Júlio Campos (PFL-MT), argumenta na justificativa que a legislação em vigor é incompleta no tocante à saúde. Apesar de haver exigência para a realização de exames médicos para a admissão do servidor público, não se previu a necessidade de exames posteriores, capazes de diagnosticar enfermidades que tenham ocorrido depois da posse do funcionário.



Campos: hiato na legislação

- Meu projeto - disse Campos - preenche um hiato que há na lei.

Por sua vez, Valadares esclarece que, conforme a proposta, de acordo com o resultado dos exames, se for detectada enfermidade curável, o servidor será submetido a tratamento médico próprio; se a enfermidade for incurável, mas não totalmente incapacitante, ele será readaptado; e no caso de invalidez permanente, será aposentado.

## Marinha poderá ter mais mulheres em suas fileiras

A CCJ também aprovou, na reunião de ontem, parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a um projeto da Câmara sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praças da Marinha. A proposta pretende ampliar a presença da mulher na Marinha, unificar processos seletivos, constituir corpos distintos, em função do emprego previsto para seus integrantes, por agrupamento de quadros de uma mesma área de especialidade, e regular o ingresso e a permanência de pessoal no serviço naval, conforme os interesses da instituição.

A comissão aprovou ainda pareceres do senador Edison Lobão (PFL-MA) favoráveis a projetos da Câmara que transformam cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores (DAS) na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### CERTIDÃO

Embora não constasse da pauta, a CCJ debateu projeto

que determina a gratuidade de registros de nascimento e de óbito, além da primeira certidão (veja matéria na página 3).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que a matéria diz respeito ao exercício da cidadania e manifestou-se a favor de emendas que prevêm a criação de um fundo destinado a não onerar os cartórios. Já o líder do governo, senador Elcio Alves (PFL-ES), disse que o Senado votará a proposição com a maior dignidade possível: "Não nos move qualquer pressão do lobby cartorário".

Elcio Alves condenou o enfoque dado por alguns meios de comunicação sobre a trami-

tação da matéria, afirmando que "estão querendo transmitir uma imagem do Congresso que não aceito". E reagiu a uma intervenção do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que criticou a maneira com que o governo atua no Congresso, dependendo de seu interesse. Simon condenou especialmente os pedidos feitos pelo Executivo ao Senado para que não emende textos aprovados pelos deputados, a fim de que a matéria não tenha que voltar à Câmara.

Também discutiram o projeto os senadores Edison Lobão e Levy Dias (PPB-MS).



Tuma: reestruturação dos quadros da Marinha

*Preservar não é condenar a região ao eterno subdesenvolvimento, alerta o senador ao contestar documento do Banco Mundial contrário a pesquisas desenvolvidas pela Embrapa*

## Cabral contesta relatório sobre Amazônia

Ao contestar ontem o relatório do Banco Mundial (Bird) publicado terça-feira na imprensa, considerando prejudiciais ao meio ambiente os subsídios e incentivos oficiais concedidos a programas de desenvolvimento da Amazônia, o senador



Cabral: pesquisa da soja visa ao desenvolvimento

Bernardo Cabral (PFL-AM) concentrou-se no trecho que qualifica de predatórias à floresta as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa sobre a viabilidade do cultivo de soja na Amazônia. - O assunto é tão impor-

tante e tão mal abordado que, sem dúvida, somos levados a pensar que por trás existem interesses inconfessáveis contra o desenvolvimento da Amazônia - observou.

Depois de explicar que a expansão da fronteira agríco-

la da soja no Amazonas tem usado áreas de vegetação de campos gerais e de vegetação de transição do cerrado para a floresta, Bernardo Cabral rebateu a argumentação do Bird de que tanto a utilização de lagos e alagados para irrigação quanto o emprego de fertilizantes na agricultura causariam danos à biodiversidade. "Não há qualquer sustentação em tais afirmações", afirmou.

- É preciso conhecer a região ou, pelo menos, sobre ela não deturpar os fatos. Preservação não é manter a região estática, intocável, condenada à mera contemplação e a um eterno subdesenvolvimento - concluiu.

## Lúcio Alcântara defende algodão nacional contra livre importação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou ontem para a importância de uma revitalização da cultura do algodão no país. Segundo o senador, com a derrocada do algodão no Nordeste milhões de pessoas ficaram sem emprego e muitas se deslocaram para os grandes centros urbanos. Além disso, no ano passado, 47% do déficit da balança comercial do país foram representados por matérias-primas, e o algodão correspondia a quase US\$ 1 bilhão nesse contexto.

Segundo ele, entre os fatores que contribuíram para a "quase liquidação" da cotonicultura no país, os principais foram a redução da tarifa de importação de 40% para zero e a proteção do produto na maioria dos países, via subsídios, bem como os longos prazos para pagamento do algodão importado.

- Esta abertura irresponsável do mercado liquidou a competitividade do algodão nacional e é hoje reconhecida pelo próprio governo, ao admitir que o importado chega ao país com condições de preço, juros e prazos, que le-



Alcântara: importação livre prejudica muito nosso algodão

varam os produtores tradicionais à ruína - afirmou.

Alcântara argumentou que o preço internacional do algodão está bom e, com ajuda governamental, os produtores poderão ampliar a área plantada e o Brasil voltar a produzir a matéria-prima de que necessita. A seu ver, o país tem condições de voltar a ter um bom mercado para a cotonicultura devido à mão-de-obra barata e à proximidade da produção.

- O país, daqui a três ou quatro anos, deverá consumir mais algodão do que a Europa. E com a tecnologia disponível, há condições de, ocupando apenas um milhão e duzentos mil hectares, produ-

zir todo o algodão de que o Brasil precisa e ainda exportar para outros países - defendeu.

Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) alertou para o fato de que os países que exportam algodão para o Brasil oferecem prazos de até um ano para o pagamento. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) destacou que o Brasil já foi o principal exportador mundial de algodão, e agora ocupa o primeiro lugar em importação.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que "o Nordeste e o Brasil se ressentem da falta de regras adequadas para a importação do algodão".



Odacir: Ceplac perdeu quase tudo com o fim do imposto

## Odacir Soares destaca integração de escola à comunidade em RO

O senador Odacir Soares (PTB-RO) destacou a importância do fórum de debates para a reestruturação da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes - Emarc-RO, realizado recentemente. Conforme disse, nesse fórum ficou estabelecida a criação do Conselho Consultivo Comunitário da Emarc-RO para, entre outras atribuições, sugerir programas a serem desenvolvidos pela escola junto à comunidade, solucionar problemas que impeçam sua atividade e buscar apoio técnico-pedagógico, financeiro e administrativo junto a autoridades.

Segundo o senador, o pressuposto básico que norteou essa proposta de reestruturação é que a Emarc-RO deve permanecer sob o controle técnico-administrativo da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), com a finalidade de continuar o esforço integrado de ensino-pesquisa-extensão rural, projeto executado pela comissão ao longo de seus 40 anos.

Ao manifestar sua solidariedade aos produtores de cacau, Odacir Soares explicou que a Ceplac, no governo de José Sarney, teve sua

atuação enfraquecida após a perda da autonomia financeira, com a redução a zero da alíquota do Imposto de Exportação incidente sobre as operações do comércio exterior do cacau em amêndoas e derivados.

Aliado ao empobrecimento em seu orçamento, disse o senador, a comissão perdeu a autonomia administrativa, reduzindo-se a mero departamento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sem poderes para definir políticas de pessoal. "Durante o governo Fernando Collor, em 1990, a situação se agravou, com demissões de centenas de funcionários do melhor perfil técnico", garantiu.

Na opinião de Odacir Soares, a mais importante modificação no *status quo* vigente na cacauicultura de Rondônia "está no trabalho silencioso" que se vem propondo para a reestruturação da Emarc-RO.

"O cacau tem tudo para voltar a ser uma boa lavoura, e a Ceplac um bom caminho", assegurou.

Autor da proposta do imposto sobre o cheque, em 1995, senador faz um balanço do período de vigência da contribuição para mostrar que ela serviu mais para equilibrar as contas do governo do que para melhorar a assistência à população

## CPMF não ajuda a Saúde, conclui Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem ser "uma desconsideração para com o Congresso" o envio pelo governo de um projeto à Câmara dos Deputados visando à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Autor da proposta que levou à criação da CPMF, Valadares lembrou que, quando a matéria foi aprovada, em 1995, o país passava por uma crise sem precedentes no setor de saúde e havia a esperança de que o dinheiro obtido com a contribuição fosse usado na complementação de recursos que a União repassava ao setor, o que, a seu ver, não se confirmou.

Conforme o senador, em artigo publicado na revista *Veja* do último dia 22, o ex-ministro da Saúde Adib Jatene mostrou números que "elucidam e comprovam o desinteresse do governo em priorizar o setor social e a saúde pública no país". Valadares disse que Jatene "reconhece que, infelizmente, a CPMF ajudou muito mais o governo no equilíbrio de suas contas do que na saúde dos brasileiros".

Ele observou que, segundo o ministro, o orçamento para a Saúde neste ano deve fechar em R\$ 19,1 bilhões. O senador destacou ainda a seguinte argumentação de Jatene: "Como gastamos, em 1995, R\$ 14,8 bilhões, pode-se argumentar que houve acréscimo de R\$



Valadares: criador contra criatura

4,3 bilhões. No entanto, para manter o mesmo valor real do que foi gasto em 1995, deveríamos gastar em 1997 pouco mais de R\$ 22 bilhões. Gastaram-se, portanto, R\$ 3 bilhões menos que em 1995".

O senador reportou-se tam-

bém a matéria publicada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual o setor saúde deverá perder, no próximo ano, R\$ 1,6 bilhão dos R\$ 8 bilhões previstos da arrecadação da CPMF. Segundo o jornal, esses recursos serão usados para cobrir um suposto rombo na Previdência Social.

Comentando a dívida pública, Valadares declarou que essa questão está relacionada à política econômica do governo, que, para manter o Plano Real e a política de estabilização, fixa juros superelevados. Na sua opinião, "o objetivo do governo é meramente econômico e não leva em consideração o setor social".

O senador afirmou que a dívida do setor público elevou-

se consideravelmente depois do Plano Real. Segundo ele, os estados estão em situação difícil para cobrir os rombos provocados em suas contas "por uma política econômica onde as taxas de juros e o câmbio sustentam a estabilização do Plano Real".

Em apertes, Wilson Kleinübing (PFL-SC) disse que, para ele, a "essência de tudo é a dívida pública". E explicou: "Vamos fazer 500 mil projetos e discursos no Senado e nunca vamos tocar na essência de tudo, que é gastar mais do que se arrecada". Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que a não-aplicação dos recursos da CPMF na Saúde leva a nação ao descrédito.

## Maldaner quer aperfeiçoar distribuição dos recursos

Preocupado com a situação da Saúde no país, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a necessidade de o governo federal promover distribuição percentual dos recursos arrecadados com a CPMF aos estados e municípios. No seu entender, a medida descentralizará a fiscalização da aplicação desses recursos na área de saúde.

Há muitas promessas não realizadas, há muitos planos fracassados, há muita coisa por fazer, por corrigir e por se colocar em prática. O povo brasileiro clama por mudanças substanciais, pois está cansado das mesmas promessas não cumpridas - alertou o senador, reforçando a importância de o presidente Fernando Henrique "transformar em realidade" as metas do governo para modificar o quadro crônico do sistema de saúde pública.

O senador lembrou que o governo federal pretende distribuir mais de 10 mil cestas



Maldaner: descentralizar já

de medicamentos aos municípios brasileiros mais pobres, com menos de 20 mil habitantes. Conforme afirmou, as pequenas comunidades serão beneficiadas com esse sistema, que, "desafogando" os hospitais de muitas cidades e cobrindo cerca de 70% das doenças mais comuns, possibilitará atendimento mais adequado às enfermidades mais complexas.

Casildo Maldaner considerou essa medida oportuna e

coerente com a necessidade dos pequenos municípios, que "muitas vezes têm dificuldades até mesmo em comprar refeitório básico". No entanto, o senador fez ressalva para que não ocorra dessa vez o que aconteceu em Brasília, onde a rede hospitalar local requereu laxantes e vermífugos e recebeu espermicida.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a sociedade não conhece as propostas dos parlamentares no sentido de melhorar as condições de saúde no país quando reclama que o Congresso não toma nenhuma decisão definitiva a esse respeito. Valadares informou que a proposta de sua autoria propondo divisão de recursos destinados à Saúde entre União, estados e municípios já recebeu parecer favorável do relator designado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a gratuidade das certidões de nascimento e óbito (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) e o deputado federal Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a queda da bolsa de valores de Hong Kong e seus reflexos na economia brasileira (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais (representação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) (representação)
- 19h30 - Debate entre o senador Wilson Kleinübing e o deputado Paulo Bornhausen (representação)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 1h - Debate entre o senador Wilson Kleinübing e o deputado Paulo Bornhausen (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

## Elcio: somente 5% têm acesso a dentistas no país

Ao saudar a passagem do Dia do Cirurgião-Dentista e a data de criação do curso de Odontologia nas faculdades de Medicina do país, comemorados em 25 de outubro, Elcio Alves (PFL-ES) alertou para a existência de um número excessivo de cursos existentes e sobre o restrito uso dos serviços odontológicos pela população.

De acordo com Elcio, pratica-se hoje no Brasil uma odontologia com parâmetros modernos e tecnologia avançada. "A utilização do raio laser, o implante ósseo integrado, as resinas fotopolimerizáveis, a tomografia, são alguns exemplos de tecnologias modernas amplamente presentes e manuseadas pelos cirurgiões-dentistas do Brasil".

Ele apontou, no entanto, a existência de problemas que preocupam, como o mercado de trabalho, a estrutura de formação de novos dentistas e a capacidade de demanda da população por esses serviços.

Dados da OMS, observa o senador, recomendam um cirurgião-dentista para cada 1.500 habitantes. No Brasil, essa média já é de 1.141 ha-



Elcio homenageou os dentistas bitantes por profissional. Na região Sudeste a relação cai para 831 habitantes por profissional, no Espírito Santo um para cada 400 e, na Grande Vitória, um para cada 230 habitantes.

Elcio acrescentou que, com relação à população, 50% dos brasileiros jamais entraram em um consultório odontológico. Dos 25% que já realizaram algum tipo de tratamento, 20% o fizeram na rede pública de saúde e apenas 5% demandaram consultórios particulares, friso.

- Isso significa que somente 5% da população brasileira têm condições de pagar tratamento odontológico e que 90% dos 140 mil cirurgiões-dentistas existentes no país disputam um mercado de 5% da população - concluiu o senador.

*Abertura "rápida, insegura e instantânea", segundo a senadora, prejudicou a indústria e destruiu postos de trabalho produtivos*

## Emprego em primeiro lugar, propõe Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) fez ontem apelo para que "todos os homens e mulheres com responsabilidades políticas no país façam uma reflexão sobre as graves consequências da globalização em relação aos trabalhadores brasileiros", que, acentuou, estão perdendo seus empregos. Ela entende que o termo "globalização" tornou-se sinônimo de dependência econômica internacional.

- O Brasil precisa urgentemente rever sua política de abertura econômica exagerada, que não leva em consideração os interesses dos trabalhadores brasileiros nem, tampouco, nossas condições sociais, políticas e econômicas. Nosso esforço deve ser maior porque é grande a distância que nos separa dos países ricos e não temos condições de concorrer de maneira real-

mente competitiva na maioria dos setores econômicos - disse a senadora.

Benedita da Silva advertiu que essa situação tem levado a juventude brasileira, "atualmente sem perspectiva de trabalho a médio ou longo prazos", ao desespero. A seu ver, a abertura "rápida, insegura e instantânea", realizada pelo Brasil, prejudicou a indústria nacional, destruindo empregos produtivos e fomentando as



Benedita alerta para a situação da juventude sem perspectivas

importações tanto de capital como de mercadorias ou serviços.

- Com altas taxas de juros e economia mais do que aberta, escancarada para o exterior, torna-se quase proibitivo produzir, pois a concorrência internacional praticamente aniquila o produtor nacional e destrói o emprego de milhares e milhares, já hoje milhões de brasileiros - sustentou.

## Lauro quer reduzir ICMS na agricultura

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto de resolução fixando em um por cento a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com insumos agropecuários. A proposição visa resolver o

impasse criado com a não-prorrogação, pelo Confaz, do Convênio ICMS 36-92 - que já concedia redução de base de cálculo do imposto nessas operações -, e também evitar aumento no preço dos produtos alimentícios, inclusive da cesta básica.

- A tributação integral dos insumos agropecuários, sem o convênio, fica em torno de 12% nas operações interestaduais, com reflexos em toda a cadeia de produção agrícola. São atingidos os produtos alimentícios e, de modo catastrófico, a cesta básica, que contém vários itens de origem animal e vegetal - argumenta.



Lauro: alimento mais barato

## Campos vê deficiências na tributação dos importados

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou para "a maneira ineficiente com que são tributadas as importações no país". Ele entende que, por falta de uma boa técnica alfandegária, não são combatidas práticas desleais de comércio nas importações, causando prejuízo ao Brasil. "Deixa-se de arrecadar receitas ao erário e a indústria nacional sofre concorrência desigual com a entrada de mercadorias subtributadas", acentuou.

Na situação vigente, segundo o senador, o importador tem o privilégio de decidir qual vai ser o valor do produto comprado no exterior, para fins de incidência do Imposto de Importação, subtraindo, por exemplo, os valores referentes à emba-

ragem, ao transporte, aos seguros. A seu ver, sem a aplicação rigorosa dos critérios da legislação fica fácil subestimar o valor do produto importado em relação ao preço praticado no país de origem.

Para Júlio Campos, o quadro atual só poderá ser revertido por um programa de treinamento e conscientização dos agentes envolvidos na atividade de importação. Além disso, Júlio Campos defendeu a aplicação rigorosa do Código de Valoração Aduaneira, conjunto de regras internacionais adotadas, em 1979, no âmbito do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) - atualmente, Organização Mundial de Comércio (OMC).

O código permite que a au-

toridade aduaneira rejeite a simples declaração do preço de face do produto para fins de tributação, obrigando o importador a detalhar os componentes do custo da mercadoria, para estabelecer o preço real.

Júlio Campos afirmou que, para reduzir os entraves no processo aduaneiro, é preciso modernizar o sistema, substituindo as guias de importação apoiadas em listas de preços e pró-formas. Sugeriu o senador que os ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores dotem a alfândega de uma base de dados com preços cobrados no mercado internacional para servir de parâmetro aos fiscais da aduana.